



O crack na imprensa local: análise de uma série de reportagens sobre o crack em Fortaleza¹

Amanda Sampaio²

Waldenia Marcia da Silva³

Klycia Fontenele⁴

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ce

RESUMO

Esse trabalho consiste na análise de uma série especial de reportagens sobre o “crack” publicadas no jornal cearense Diário do Nordeste no ano de 2009. O crack deixou de ser supostamente uma droga apenas de periferia para avançar por todas as classes sociais recebendo, assim, uma maior atenção por parte dos meios de comunicação. Realizamos uma análise ética e de conteúdo da condução das matérias acerca do tema. Durante a análise, foi possível também discutir o papel dos veículos de comunicação (jornal) e dos comunicadores sobre uma atuação comprometida socialmente.

PALAVRAS-CHAVE: crack; cobertura; imprensa; ética.

Introdução

Vivemos em um momento social onde a violência e a criminalidade são discutidas e alarmadas todos os dias pelos veículos de comunicação. Dentro das temáticas da criminalidade, as substâncias ilícitas e o tráfico das mesmas, parecem ser um assunto recorrente por despertar um grande temor em parte da população e ser considerado um “câncer social”.

Dentro das substâncias ilícitas, o crack tem ganhado um espaço significativo na agenda da imprensa nacional, incluindo a imprensa cearense que traz abordagens praticamente diárias sobre o assunto. Diante de temas profundos como esse, qual o papel dos veículos de comunicação? Como as empresas de comunicação e os jornalistas que nela trabalham tratam de temas de forte apelo social?

¹ Trabalho apresentado na Sessão Jornalismo, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste .

² Estudante de Graduação 8º semestre do Curso de Comunicação Social - Jornalismo do ICA – UFC, email: amandadesampaio@gmail.com

³ Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Comunicação Social - Jornalismo do ICA – UFC, email: wsimples@gmail.com

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social - Jornalismo do ICA – UFC, email: klyciafontenele@gmail.com



Sabe-se que o jornalismo atual é muito mais caracterizado como mercado da informação, onde se comercializa o que se noticia, do que como um serviço público e de interesse público. Dessa maneira, o fazer jornalístico tornou-se uma tarefa mecânica onde os profissionais da imprensa precisam produzir rápido e em grande escala ao invés de apresentar os assuntos em caráter analítico para a sociedade a quem tem o dever de (in)formar.

Muitas vezes, quando existe a tentativa de realizar um jornalismo analítico, acaba-se pecando pela falta de profundidade na abordagem dos temas e os reais questionamentos que os envolvem. Quando trata-se de assuntos socialmente complexos como as substâncias ilícitas, é muito comum a ocorrência de problemas com os termos utilizados. Frequentemente são usadas palavras que agregam valores que criminalizam as pessoas envolvidas.

Segundo Njaine e Minayo (2002) aquela que deveria ser a real função dos meios de comunicação, qual seja, atuar na informação propriamente dita respondendo a exigência de produzir matérias mais abrangentes, aprofundadas e críticas sobre os fatos e as relações sociais, parece ser exatamente a função mais precariamente assumida pelos meios.

Neste trabalho, tentamos perceber a veracidade dessa afirmação ao analisar uma série de reportagens veiculadas no jornal Diário do Nordeste, cuja circulação se estende pelo estado do Ceará, sobre a temática do crack. A série propunha-se a analisar o tema em profundidade. Trabalhamos com a análise numa perspectiva interpretativa dos fatos abordados bem como analisamos estruturalmente a formatação dos textos e sua apresentação ao público leitor.

No início, discutimos as propriedades do crack e seu surgimento, depois tratamos da droga como problema social que já está enraizado há tempos na sociedade, inicialmente nas classes pobres e agora avançando sobre outras classes sociais mais próximas do topo da pirâmide. Em seguida discutimos o papel dos veículos de comunicação (jornal) e dos comunicadores frente a uma atuação compromissada socialmente. Feito esse apanhado, partimos para a análise ética das matérias.

Crack: que droga é essa?

O crack é considerado atualmente a pior substância dentro da lista das drogas ilícitas. Conhecido popularmente como pedra, o crack é produto do cloridrato de



cocaína ou da pasta de cocaína, ambos produtos de extração da coca. A cocaína desenvolveu-se muito rapidamente nos E.U.A, país onde surgiu o crack (MOTA, 2009).

O Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas, Cebrid, em seu livro Comportamento de risco de mulheres usuárias de crack em relação às DST/AIDS (2004), afirma:

Tradicionalmente, usuários cheiravam a forma cloridrato da cocaína e poucos injetavam-na. Entretanto, em meados da década de 1980 o crack foi desenvolvido e tornou-se a forma mais popular para muitos usuários nos EUA (Smart,1991). Sua popularidade iniciou-se em comunidades do interior e, pouco tempo depois, a droga começou a ser noticiada pela mídia. Relatos de jornais e televisão começaram a descrever o uso do crack como uma “epidemia” e “praga” (INCIARDI apud NAPPO, 2004).

O crack é tido por estudiosos e por usuários como a droga ilícita com maior potencial de dependência. Isso se deve ao fato de que, em relação às demais drogas ilícitas, o crack tem um efeito considerado extremamente rápido, causando assim uma sensação de prazer quase imediata.

Em cerca de 8 segundos o crack alcança o centro do prazer mediado pelo neurotransmissor dopamina, produzindo seus efeitos centrais muito mais rapidamente que pelas outras vias de utilização da cocaína (intravenosa e nasal) (Schwartz et al., 1991). Esse tempo de início dos efeitos contrasta com as outras vias que, em média, levam 3 a 5 minutos no caso da via endovenosa e de 10 a 15 minutos pela via nasal (Schwartz et al., 1991). Esse tempo curto entre a administração e o aparecimento dos efeitos faz do crack uma droga muito “atraente” para o usuário (NAPPO et al., 2004).

O crack começou a ser consumido no Brasil a partir da década de 1990. No início o uso do crack estava restrito a cidade de São Paulo e somente depois começou a se expandir pelo país. O alto potencial de dependência foi fator crucial para que o crack pudesse construir um mercado fixo.

Em São Paulo, os traficantes impuseram essa nova forma de uso da cocaína (crack), ou seja, de início o crack era ofertado a usuários de drogas como única alternativa. Buscavam maconha ou cocaína em pó e só encontravam crack. Essa estratégia dos traficantes visava a alguns objetivos como: sabedores dos efeitos eufóricos provocados pelo crack e sua curta duração, estavam seguros do retorno do usuário em busca da droga; o uso compulsivo e a conseqüente dependência instalando-se muito rapidamente faziam do usuário um “freguês por toda a vida”; a fácil utilização da droga que para isso bastava apenas ser fumada e o resultado desses fatores era grande vantagem econômica e lucro certo (NAPPO et al., 2004).



Desde seu aparecimento, o crack sempre foi tido como uma droga das classes sociais pobres. Essa fama se deu por conta do baixo valor: uma pedra é adquirida por, aproximadamente, cinco reais.

Porém, esse preço mais acessível é ilusório. Considerando que o efeito do crack dura apenas 5 minutos, que o uso compulsivo e o padrão binge de consumo estabelecem-se muito rapidamente e, ainda, que nessa fase o usuário consome crack até a exaustão ou até findar seu suprimento de droga, comparativamente ao uso de cocaína por outras vias, o usuário de crack consome muito mais droga, tendo de despender maior quantidade de recursos em sua obtenção (NAPPO et al., 1996).

Apesar de o crack ter quase duas décadas de existência no Brasil, nunca foi atribuído a ele o recorte de “problema social”. Visto como uma droga marginalizada e que atingia apenas a periferia dos centros urbanos, o uso da pedra e as possíveis conseqüências sociais acabaram sendo deixadas de lado.

No ano de 2009, o crack e seus usuários tornaram-se pauta constante dos veículos de comunicação. Talvez porque a pedra que antes atingia só o sapato furado de classes sociais empobrecidas começou a incomodar sapatos mais refinados, e a se espalhar também, além das zonas urbanas, pelo interior do Brasil.

Crack: a raiz do problema

Por ser uma droga com alto potencial de dependência, os usuários de crack acabam tornando-se usuários crônicos o que intensifica efeitos como agitação, paranóia, delírio e alucinações. Tais efeitos potencializados pela busca de achar uma forma de manter o uso contínuo da droga terminam por induzir alguns dependentes de crack a cometer roubos, furtos, atos violentos e comercialização do sexo.

Porém, responsabilizar somente o crack como único mantenedor da violência e criminalidade, principalmente entre a juventude, é fazer uma análise unilateral sobre a temática das drogas. Essa análise distorcida da realidade não é exclusiva do Brasil, nos E.U.A. a política da criminalização do crack foi a primeira opção do governo. Sobre a questão Mota afirma:

Segundo as principais diretrizes de sua política antidrogas, o governo americano não hesitou: o crack e não as distorções sociais a que foram submetidas aquelas populações seria a única causa de suas mazelas. Por conseqüência, no final da década de 1980, o Congresso americano fixou penas cem vezes mais severas pela posse do crack em relação à cocaína consumida pelos brancos. Como resultado, 94% dos indivíduos que foram levados aos tribunais federais por delitos associados ao crack eram afro-americanos (GLASSNER, 2003).



Segundo a Central Única das Favelas (Cufa) são 30 mil usuários de crack somente em Fortaleza (CE) e desses, 70% possuem entre 15 e 24 anos. Sem uma interpretação profunda sobre os dados que relacionam juventude, criminalidade e drogadição o mais comum é que a juventude das periferias seja taxada como parte intrínseca do momento de violência social que vivemos, onde o tráfico de drogas está diretamente relacionado, desconsiderando assim uma abordagem sistêmica do problema e dando sustentação a estigmas sociais.

O processo de degradação social guarda, além da flagrante redução da qualidade de vida, um perverso sistema de exclusão do outro pelo preconceito e pelo estigma carregado pelos moradores das regiões de periferia. (CARA e GAUTO, 2009)

A relação de substâncias ilícitas com a juventude de áreas periféricas não acontece como uma busca por aventura ou simplesmente pela vontade de consumir algo novo. As políticas públicas que deveriam garantir o mínimo necessário para a sobrevivência digna de qualquer indivíduo são ignoradas para os jovens que pertencem às classes populares.

Assistidos por escolas de má qualidade, desprovidos de espaços de lazer e com escassas oportunidades no mercado de trabalho, alguns deles sentem-se atraídos pelas drogas e pelo tráfico. Os traficantes geralmente instalam seus pontos de venda em bairros pobres e isso acaba se tornando um grande fator de atração. Não tenho aqui a intenção de afirmar que os pobres são naturalmente inclinados às drogas e ao crime, pois isso não corresponde à realidade (MOTA, 2009).

Encarar a drogadição como parte de um problema social, inclusive abordando como um problema do sistema social vigente é desfazer o mito de que as substâncias ilícitas são um mal em si mesmo. As abordagens das campanhas de combate às drogas parecem desconsiderar a fonte do descalabro social em que vivemos. Sobre essa questão Mota afirma:

É também relevante desmistificar o discurso do combate às drogas, que tenta muitas vezes atribuir tudo de negativo que ocorre na sociedade às drogas, encobrendo muitos dos conflitos estruturais das grandes metrópoles brasileiras que coexistem com essa problemática como a pobreza, a carência de serviços educacionais e médicos, as desigualdades e a exclusão social, entre outros. (MOTA, 2009)

A partir da atual realidade brasileira em relação à criminalidade, violência, juventude e drogadição, e o rápido crescimento da presença do crack na juventude tanto



dos centros urbanos como do interior, nos são postos elementos para discussão do crack como um problema social de raízes profundas.

Comunicação: social?

Os grandes veículos de comunicação tornaram-se elementos fundamentais na formação da opinião pública e são considerados, por parte da população, detentores legítimos da informação com credibilidade.

Os meios de comunicação aparecem como elementos transcomunitários que levam valores e representações comuns a todas as comunidades. Os jornalistas são peças importantíssimas desses meios de comunicação, logo, jornalistas e meios de comunicação podem ser compreendidos como os instrumentos dos quais os indivíduos lançam mão para buscar suas representações e para sondar o seu espaço social. (VICCHIATTI, 2005)

No Brasil a lógica vigente quando se trata de grandes veículos de comunicação é a da propagação dos meios privados. Apesar da teoria da neutralidade ter sido imposta como melhor modelo de comunicar algo à sociedade é preciso que os produtos da comunicação sejam analisados de maneira crítica percebendo que não existe informação completamente imparcial.

Os comunicadores, principalmente os jornalistas, são construídos no imaginário social como trabalhadores que atuam numa perspectiva da comunicação como área voltada para o social, ou seja, prestando um serviço socialmente referenciado. O jornalista deveria exercer o papel de “analista da realidade” trazendo elementos que levassem a uma análise crítica dos fatos.

O jornalismo necessita prementemente recuperar seu potencial e sua vocação nobre de instrumento leitor da realidade, em bases amplificadas, sintonizadas com a busca da ampliação da consciência, no ser humano. (VICCHIATTI, 2005)

A prática do jornalismo com compromisso social, buscando fazer mais do que matérias superficiais sobre temas profundos, parece ter sido esquecida pelos grandes jornais e pelos jornalistas. A informação transformou-se em mais uma mercadoria que no caso é comercializada por empresas jornalísticas.

Em seu pronunciamento, na abertura do X Encontro, o presidente da Felafacs (Federação Latino-americana de Faculdades de Comunicação Social), professor doutor Luis Nuñez Górnés, disse que há muito o jornalismo não atende aos anseios da sociedade em que está inserido. Segundo ele, os jornalistas estão atualmente mais preocupados em



atender aos interesses dos veículos em que trabalham do que em auxiliar a sua comunidade. (VICCHIATTI, 2005)

A série de reportagens que iremos analisar posteriormente foi publicada no jornal cearense Diário do Nordeste entre seis e dez de setembro de 2009.

O jornal Diário do Nordeste circula há mais de vinte anos e teve sua primeira edição lançada em 19 de dezembro de 1981. O primeiro editorial do jornal era intitulado de “Compromisso de luta”. No artigo de comemoração dos 25 anos do jornal, os temas do primeiro número são lembrados:

Democracia, ajuste da atividade econômica com o meio ambiente e capitalismo com justiça social, ética na informação foram alguns dos temas destacados, provando que o Diário surgia com uma proposta jornalística avançada: unir informação de qualidade e análise dos acontecimentos a partir de uma perspectiva global de trabalhar os fatos, sem perder de vista o aspecto local. (VICCHIATTI, 2005)

O jornal é ligado ao grupo Edson Queiroz que é proprietário de empresas nos seguintes ramos: Distribuição de GLP, água mineral e bebidas prontas, mineração, eletrodomésticos, agroindústria, comunicação e educação. Segundo artigo publicado no próprio Diário do Nordeste durante a comemoração dos 25 anos do jornal, a empresa afirma qual seria a sua missão:“(...) conduzindo-se em sua missão dentro de princípios morais e éticos, executando seu trabalho de bem informar a opinião pública com independência e imparcialidade.”

A série que iremos analisar foi escrita pelo jornalista Ícaro Joathan e tem como tema o avanço do crack em Fortaleza (CE). Foram produzidas sete reportagens sobre o tema e publicadas na editoria de cidade do jornal. A série se propõe a fazer uma abordagem do avanço do crack em Fortaleza a partir de uma perspectiva social. Nosso objetivo é perceber em que medida essa perspectiva social é aplicada na construção dos textos tendo em vista que a narrativa jornalística não é uma narrativa qualquer, é a narrativa do *jornal*, não mais se restringindo sobre “aquilo de que se fala”, mas prevalecendo no plano do *discurso*, “de que modo se fala” e “por que se fala” [Rebelo (2000) apud Njaine e Minayo (2002)].

Nossa análise pretende levar em conta os dois planos nos quais se divide a mídia impressa de acordo com Njaine e Minayo (2002):

O papel da mídia impressa se realiza em dois planos: um que procura narrar as notícias do dia, procurando cumprir sua função *informativa*; outro, no qual se configura e expressa um sistema de valores, associado ao lugar do jornal como sujeito da enunciação. Os dois planos tornam o jornal socialmente reconhecido pelos leitores, o que inclui, obviamente também, o reconhecimento do estilo e do perfil do jornalista. (p. 287)



Tendo em vista que as matérias foram escritas todas por um mesmo jornalista, pretendemos perceber como se apresentam esses dois papéis, informativo e formativo, nos seus textos.

Fortaleza do crack: a série de reportagens

A série de reportagens intitulada *Fortaleza do Crack* tentou mostrar sob diversos ângulos os modos como essa droga aparece na cidade e os problemas que gera. Ao longo da série, que foi publicada na editoria de *Cidade*, encontramos matérias focadas em diferentes temáticas. A cada dia um tema específico foi abordado. Foram eles: a disseminação da droga, o envolvimento de crianças e adolescentes com o problema, a criminalidade associada ao uso da pedra, o tráfico, a recuperação de dependentes, a droga como problema de saúde pública, e as políticas públicas relacionadas ao problema.

As matérias ocuparam um espaço privilegiado dentro do caderno. Todas as reportagens são acompanhadas de fotos e matérias coordenadas. Com exceção da última (publicada em 10 de setembro) que preenche apenas uma página inteira do jornal, as matérias da série ocuparam sempre duas páginas completas. É interessante observar também que em nenhuma das páginas usadas para apresentar as reportagens havia publicidade de qualquer natureza. Se entendemos que em jornal impresso espaço é algo valioso, percebemos que houve um investimento grande por parte da empresa no tema.

Tentaremos analisar agora cada uma das reportagens, descrevendo seu conteúdo e observando sua estrutura. Ao final, retomaremos a série como um todo observando aspectos comuns a todos os textos.

A disseminação da droga

A primeira matéria da série é composta pela principal e três coordenadas. No alto da página figura uma foto que mostra alguns jovens comprando e vendendo a droga com o auxílio de um carrinho de bebê como disfarce. O local onde eles se encontram é chamado de uma das “cracolândias” de Fortaleza, numa referência a um dos maiores centros de comércio de crack em São Paulo. A matéria apresenta o crack como um problema social. Logo na manchete lemos: “Crack já é um problema social”. O abre⁵ da

⁵ Em jornalismo, é comum chamar de *abre* o texto breve que vem logo abaixo do título da matéria, costuma ser curto e incisivo e tem a finalidade de atrair a atenção do leitor. Também pode ser chamado de *abertura* ou *superlead* (KUNTZEL, 2003).



notícia introduz: “Série mostra quanto o crack tem destruído o tecido social de Fortaleza. A droga já é tratada como um problema de todos.”

Além de descrever a rotina de comércio de crack em um ponto de venda localizado num bairro nobre da cidade, a Aldeota, o texto aponta dados estatísticos sobre o consumo da droga na cidade e sua influência no aumento da população em situação de rua. As fontes são o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Centro de Atendimento à População de Rua (CAPR).

Logo abaixo estão as três coordenadas. Cada uma relata a história de uma pessoa, identificada com nome fictício, que enfrentou problemas com o crack. Na primeira, um empresário que teve a empresa (cujo faturamento chegava a R\$ 800 mil por mês) destruída depois que ele tornou-se um usuário de drogas. Na segunda, a mesma seqüência de fatos, só que agora tendo uma mulher como personagem. Por fim, o drama de uma mãe cujo filho usuário lhe causa transtornos diversos e perda de sono.

A idéia que nos é passada desde a matéria principal até as coordenadas é de que o crack não era um problema, pelo menos não “social”, até bem pouco tempo. Embora seja consumido no Brasil há cerca de duas décadas, especialmente nas camadas mais populares, somente agora ele começou a se tornar motivo de preocupação “de todos”. O tom da matéria e algumas expressões usadas nos ajudam a elaborar uma hipótese sobre a razão de essa preocupação vir à tona neste momento. Vejamos, por exemplo, os títulos das três matérias coordenadas: “Empresário foi vítima da pedra duas vezes”, “Perigo para todas as classes” e “Mãe rogou a Deus pela prisão do filho drogado”. O uso das expressões “empresário” e “todas as classes”, as referências aos valores do faturamento das empresas e à posição social que as personagens ocupavam indica a inclusão de pessoas de classe média e alta como vítimas dos problemas causados pela droga. A matéria chega mesmo a dizer que “foi-se o tempo em que o crack podia ser chamado de droga de mendigo”. Logo, entendemos que o crack não é visto aqui como um problema por que atinge muitas pessoas, mas porque muitas das pessoas atingidas estão em camadas privilegiadas da sociedade.

Na página seguinte a série traz mais três matérias, uma principal e três coordenadas. Dessa vez, a pauta gira em torno do uso de estratégias artísticas como o vídeo e a música na divulgação e combate ao problema do crack. O texto principal é sobre um vídeo produzido pela Central Única das Favelas (Cufa) e as matérias secundárias sobre como grupos e cantores de rap retratam abertamente o tema em suas composições. Como fontes foram consultados o diretor do vídeo, Edmar de Oliveira



Junior, e o coordenador da Cufa no Ceará, Preto Zezé, e, no caso do rap, os próprios músicos, Francisco Velto Barbosa, Jonas Lima e um músico e dono de estúdio identificado apenas como Erivan.

O envolvimento de crianças e adolescentes com o problema

No dia da Independência do Brasil o tema abordado na série foi “o crack na vida de crianças e adolescentes”. Nessas matérias a dependência da droga é mostrada como causa de envolvimento das crianças e adolescentes com o crime e a exploração sexual.

A primeira página traz uma matéria principal e três coordenadas. A estrutura da reportagem é composta também por quatro fotos: uma do juiz da infância e da adolescência Darival Beserra Primo, e três de adolescentes. Chama atenção perceber que em duas dessas fotos os adolescentes são facilmente identificáveis. Numa delas, embora não se possa ver completamente o rosto, é possível ver o perfil do garoto coberto em parte pela própria mão onde vemos claramente uma tatuagem com um nome de pessoa. Informação mais do que suficiente para identificá-lo em sua comunidade. O código de ética dos jornalistas no Brasil afirma no Capítulo II – Da Conduta Profissional do Jornalista, artigo 6º, parágrafo sete que é dever do jornalista “não colocar em risco a integridade das fontes” e ainda, no parágrafo oito, que é dever do jornalista “respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão”.

Os textos dessa página apontam números de crianças e adolescentes usuárias de crack e as conseqüências comuns a esse problema: o envolvimento com o crime e a vivência em situação de rua. Além do juiz da infância e adolescência, foram entrevistados como fonte pessoas que trabalham em entidades de assistência a crianças e adolescentes envolvidas com drogas e adolescentes que são atendidos por essas instituições.

Os textos pouco falam, no entanto, sobre as razões e circunstâncias sociais que levam essas crianças e adolescentes a iniciarem o uso da droga. Apenas o primeiro parágrafo de uma das coordenadas ensaia uma possível causa:

O local parece ser abandonado pelo poder público. Falta saneamento básico. Os três campos de futebol da comunidade são particulares. O açude é contaminado. E, desde 2006, mais de 40 jovens já morreram em um raio de três quilômetros quadrados. (Jornal Diário do Nordeste, 7 de setembro de 2009, p. 11)

O texto começa descrevendo o local onde moram alguns dos adolescentes atendidos por um projeto social. O jornalista chega a dizer que esses jovens, pelo



contexto social, pareciam estar “condenados”, mas não desenvolve as questões levantadas no parágrafo inicial, elas servem apenas de mote para mostrar que é possível “mudar a história”.

Na página seguinte as crianças e adolescentes do sexo feminino são o foco. Nos textos dessa página o uso do crack está relacionado principalmente à exploração sexual. No espaço, além do texto principal também são apresentadas três coordenadas e três fotos. Mais uma vez o jornal não se preocupou em preservar a identidade das adolescentes e mostra claramente numa das fotos o rosto de duas garotas que aparentam estar fazendo programa numa rua da cidade.

Chama atenção que num texto de dez parágrafos o substantivo *prostituição* ou o verbo *prostituir* apareça sete vezes. No livro *Estatuto da Criança e do Adolescente: um guia para jornalistas*, publicado pela Agência Nacional dos Direitos da Infância (Andi) em 2009, há uma indicação de que o termo prostituição não deve ser associado a crianças e adolescentes. O guia diz ainda que, mesmo havendo consentimento, a relação sexual com crianças e adolescentes é considerada crime.

A palavra "prostituição" remete à idéia de consentimento – a pessoa se prostitui e não é prostituída por terceiros. Isso desvia o verdadeiro enfoque, que é o da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes por aliciadores. Para melhor descrever esses casos, o correto é usar o termo "exploração sexual comercial infanto-juvenil", uma vez que meninos e meninas são explorados sexualmente porque são induzidos a essa prática por adultos, responsáveis por administrar e negociar a criança ou adolescente. (Andi, p.98)

No texto da reportagem fica claro que as adolescentes praticam sexo em troca de dinheiro para comprar a pedra de crack. O autor dá a entender que essa ação é espontânea e, talvez por isso, chama a atitude de prostituição. Mas, no próprio texto há indício de que as jovens são de fato exploradas já que, de alguma forma, são obrigadas a conseguir o dinheiro para alimentar o vício. Essa afirmação pode ser confirmada no trecho abaixo extraído da notícia: “Além dos perigos inerentes à prostituição, as garotas têm de conviver com ameaças dos traficantes” (Jornal Diário do Nordeste, 7 de setembro de 2009, p. 12).

A criminalidade associada ao uso da pedra

O próximo tema retratado nas reportagens é o aumento da criminalidade associado ao consumo de crack. As matérias trazem dados sobre a quantidade de roubos e furtos nos últimos anos e a opinião de especialistas na área de segurança, a maioria deles representantes ou da polícia ou da Secretaria de Segurança Pública e Defesa



Social, sobre a relação entre esses números e o consumo da droga. Embora apresente um Box relatando a ocorrência de divergências de opiniões sobre o tema, na matéria principal prevalece a informação de que o aumento no consumo de crack realmente implica em aumento da criminalidade.

Segundo os textos, a relação entre pequenos crimes e o consumo de drogas se faz pela necessidade de dinheiro para manter o vício. Nesse caso, as ações criminosas, na maioria das vezes pequenos furtos, são praticadas pelos consumidores de crack.

Novamente as questões sociais mais amplas aparecem apenas de forma discreta na fala de alguns especialistas que afirmam ser reducionista a análise simplista feita acima. “Tenho receio de simplificar. Acho que o crack é um elemento impulsionador dessa questão”, afirma na matéria o coordenador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará, César Barreira.

Na página seguinte um outro lado é mostrado, os crimes cometidos pelos traficantes. Há uma descrição dos esquema de distribuição da droga e sua forma de organização. Os textos relatam ainda a ocorrência de crimes de pistolagem encomendados pelos donos de boca⁶.

O papel repressivo da polícia é ressaltado ao longo da matéria como estratégia de controle, mas várias vezes, sua eficácia é questionada. Outra sugestão de enfrentamento é demonstrada apenas numa das coordenadas que cita um estudo sociológico sobre o uso de drogas na cidade. Na opinião da especialista citada, é necessário investimento em educação. Não há citação de qualquer experiência nesse sentido nas matérias.

A organização das matérias e as fotos que as ilustram lembram as páginas policiais do jornal. Mais uma vez a proteção à imagem das pessoas é um ponto fraco. São expostas as fotos de rostos de policiais usuários de drogas, que, embora estejam embaçadas, podem possibilitar a sua identificação.

A recuperação de dependentes

As matérias publicadas no dia 09 de setembro, quarto dia da série, abordam o problema da recuperação dos dependentes químicos e o tratamento ofertado. Na primeira das duas páginas ocupadas pela série o destaque é para a decisão judicial que obriga a Prefeitura Municipal criar um hospital para tratamento de dependentes

⁶ No jargão do tráfico e da polícia *boca* é o local onde são vendidas as drogas.



químicos. Ao focar essa decisão judicial, o jornal reconhece o problema das drogas como um problema de saúde pública.

São apresentadas também a situação da rede de atendimento aos usuários de drogas no município, as instituições que atendem essas pessoas e o problema de quem quer se submeter a um tratamento e não consegue vagas. As fontes ouvidas são oficiais, como diretores das unidades de saúde e uma representante do colegiado de saúde mental do município.

Duas fotos de dependentes químicos ilustram a página. Em ambas a pessoa fotografada está de costas. Ao fazer mais essa observação sobre as fotos, nos demos conta de que, das 30 fotos usadas para ilustrar a série, 21 são de consumidores ou ex-consumidores de drogas. Trata-se de um número bem elevado. Ficamos nos perguntando por que outras estratégias de ilustração não foram pensadas tais como gravuras, gráficos ou infográficos ou mesmo fotos de outros elementos do contexto de uso de drogas que não seja o usuário. Acreditamos que a forte presença de imagens de pessoas cria uma idéia de que as pessoas, individualmente, são sempre as responsáveis pela situação de drogadição em que se encontram. Parece-nos que o enfoque sai do contexto social e se fixa no indivíduo.

A próxima página fala de algumas experiências na recuperação de dependentes químicos ligadas a métodos religiosos, grupos de apoio e clínicas de recuperação. São mostradas também estatísticas locais, nacionais e internacionais de índices de recuperação na matéria principal.

De um modo geral, os textos mostram que a recuperação depende de esforço próprio e não há garantias de que ela seja definitiva. Assim como a entrada no mundo das drogas é tida como um ato individual, a recuperação também parece ser entendida assim.

As políticas públicas relacionadas ao problema

A última reportagem da série *Fortaleza do Crack* encerra-se com uma discussão - superficial – sobre as políticas públicas relacionadas ao tema das drogas. Na matéria principal é apresentado um projeto da Prefeitura Municipal frente ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). A proposta, na verdade, foi idealizada pela Cufa e chama-se Projeto Aliança Social Contra ao Crack.

Além desse texto, a página apresenta ainda um infográfico (o único da série) mostrando as dificuldades encontradas para combater o crack e uma entrevista com o



psiquiatra Ronaldo Laranjeira, diretor da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (Uniad) da Universidade Federal de São Paulo. O principal tema da entrevista são as políticas públicas (in)existentes para barrar o crack. O conteúdo da entrevista ressalta a ineficiência dessas políticas em relação ao assunto. O tom de denúncia do entrevistado ressalta uma lacuna na série que pouco falou a respeito do tema.

Ao iniciar o texto da matéria principal dessa página, o jornalista resume o que foi mostrado ao longo da série:

Aumento da criminalidade, prostituição, impactos na saúde, destruição de famílias, desemprego...

Durante cinco dias, o Diário do Nordeste mostrou, por meio da série de reportagens “Fortaleza do Crack”, a complexidade do problema que atinge a capital cearense. O diagnóstico apresentado lança uma pergunta no ar: para além das ações pontuais de governo, que tipo de política pública pode deter essa droga tão poderosa. (Jornal Diário do Nordeste, 9 de setembro de 2009, p. 13)

Diferentemente do que diz o texto, nossa análise é de que o problema do crack não foi apresentado em sua total complexidade. Entendemos que a série não consegue cumprir completamente com uma perspectiva social em profundidade, uma vez que não realiza uma análise de sociedade e dos reais motivos e implicações das substâncias ilícitas. Como já foi dito por nós anteriormente, já na primeira matéria da série cujo título é “Crack já é um problema social”, percebemos que o crack parece ter se tornado um problema social para a imprensa comercial apenas depois que começou a atingir a classe média. Sobre a questão, Mota afirma:

É comum ouvir através dos noticiários que o tráfico de drogas está agora seduzindo adolescentes indefesos de classe média, enquanto jovens pobres morrem à míngua nas periferias das grandes cidades para fazer circular essas mercadorias. (MOTA, 2009)

Mais uma vez a imprensa deixa a desejar no cumprimento de sua função essencial que é informar respondendo a exigência do público de produzir matérias mais abrangentes, aprofundadas e críticas sobre os fatos e as relações sociais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crack é um problema social que preocupa a sociedade neste início de século. O consumo desta droga é comumente associado à criminalidade, prostituição, pobreza e saúde pública. Nos últimos anos ele tem despertado ainda mais interesse das instituições, especialmente da imprensa, porque se percebeu sua penetração também em classes sociais de maior poder político e econômico.



Uma série publicada no mês de setembro no jornal cearense Diário do Nordeste, tentou abordar o tema em profundidade. Ao analisá-la, chegamos a conclusão de que essa abordagem na verdade fez-se de forma superficial e com alguns problemas éticos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto da Criança e do Adolescente: um guia para jornalistas.** Belo Horizonte, MG: Rede Andi Brasil, 2009.

CARA, Daniel; GAUTO, Maitê. **Juventude: percepções e exposição à violência.** Brasília: Coleção Educação para todos, 2009.

FENAJ. **Código de ética dos jornalistas brasileiros.** Vitória, 2007. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 06, maio, 2010.

KUNTZEL, Carlos. **Projeto gráfico: personalidade do impresso: técnicas e teorias do discurso gráfico no jornalismo impresso.** Campo Grande, 2003.

MOTA, Leonardo. **Dependência química e representações sociais: pecado, crime ou doença?** Curitiba: Juruá Editora, 2009.

NAPPO, A. Solange. **Comportamento de risco de mulheres usuárias de crack em relação à DST/AIDS.** São Paulo: CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, 2004.

NJAINE, Kathie; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. **Ciênc. saúde coletiva**, São Paulo, v. 7, n. 2, 2002. disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232002000200009&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 27 Nov. 2009. doi: 10.1590/S1413-81232002000200009.

VICCHIATTI, A. Carlos. **Jornalismo: comunicação, literatura e compromisso social.** São Paulo: Paulus, 2005.